



7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 24 de maio de 2025

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,4% São Paulo	139.636	R\$ 5.647 (-0,25%)	R\$ 1.518	R\$ 6.416	14,65%	14,67%	Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43
0,61% Nova York	20/5 21/5 22/5 23/5	19/maio 20/maio 21/maio 22/maio	5,655 5,669 5,642 5,661				

TRIBUTAÇÃO

Críticas persistem, após recuo em IOF

Mesmo depois de o governo voltar atrás em pontos do decreto que elevou o imposto, especialistas questionam medidas arrecadatórias

» RAPHAEL PATI

Poucas horas depois de anunciar a elevação em algumas alíquotas do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) para abrir espaço fiscal e perseguir a meta deste ano, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, veio a público para explicar o recuo em dois pontos do decreto publicado anteontem. O texto original, altera as taxas que incidem sobre câmbio, crédito para empresas e seguros de vida.

A elevação foi anunciada na tarde da quinta-feira, em entrevista coletiva. No fim da noite, às 23h30, Haddad informou, pelo X, que havia recuado. O governo decidiu retirar a elevação para 3,5% do IOF para transferências relativas a aplicações de fundos no exterior, que, agora, segue com tributação zerada. Ainda de acordo com o novo decreto, as remessas de recursos ao exterior por parte de pessoas físicas, que também teriam o imposto elevado para 3,5%, foi mantido em 1,1%, como já era aplicado.

Na manhã de ontem, Haddad convocou a imprensa para explicar que recebeu sugestões de agentes do mercado financeiro, indicando que a medida poderia ser mal interpretada. “Nós entendemos que, pelas informações recebidas, valia a pena fazer uma revisão desse item para evitar especulações sobre objetivos que não são próprios da Fazenda e nem do governo, de inibir investimentos fora. Não tinha nada a ver com isso, e nós entendemos que era correto fazer uma revisão disso”, justificou o ministro.

Haddad, que viajou para São Paulo antes mesmo que fossem anunciadas as alterações no IOF, também teve que esclarecer se conversou ou não com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, sobre o anúncio dessas medidas. Ele frisou que conversa constantemente com o chefe da autoridade monetária, mas que a política fiscal cabe à Fazenda, não precisando, portanto, do aval de Galípolo para editar os

decretos. “Eu converso com o Galípolo frequentemente, e eu disse a ele que nós íamos tomar medidas em relação a despesas, em relação a receita, mas a minúcia do decreto não passa pelo Banco Central”, disse, ainda, o ministro.

Reações

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) manifestou estar preocupada com as mudanças que seguiram. “A versão publicada ontem (22) evidenciava reflexos negativos para todo o mercado de capitais brasileiro, incluindo a indústria de fundos de investimento, cujo patrimônio de mais de R\$ 9 trilhões financia boa parte das dívidas pública e privada do país”, comentou, em nota, a Anbima.

Desde 2022, quando a tributação de IOF para cartões de crédito e débito fora do país era de 6,38%, houve reduções subsequentes de 1% a cada ano, com o objetivo de chegar a 0% até 2029. No entanto, com o novo decreto, a tendência é que permaneça no patamar unificado de 3,5%. Para o especialista e CEO da PagBrasil, Ralf Germer, a interrupção desse processo é um retrocesso no plano anterior.

“Demos uns passos para trás. Eu acredito, tanto pela ciência econômica quanto como pela ótica do mercado, que isso não vai ter um efeito positivo. Se isso não for revisto, não vai ajudar em nada para as pessoas e para as empresas, ainda mais agora, que estamos em uma situação de juros muito altos”, avalia.

A Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg) e a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi) emitiram um comunicado conjunto também relatando que receberam com preocupação a incidência do IOF nos planos de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, como o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

Na visão das entidades, a incidência do imposto em um seguro que visa a proteção da população

Padronização com elevação

Com o objetivo de garantir um espaço fiscal extra de R\$ 61,5 bilhões até o final de 2026, alterações no Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) aumentam carga tributária sobre câmbio, previdência e crédito para empresas. Confira as principais mudanças:

OBJETIVO

Harmonizar política fiscal com a monetária, no sentido de colaborar com os esforços do Banco Central na busca da convergência da inflação às metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) — 3%, com teto máximo de 4,5%.

OPERAÇÕES DE SEGUROS

Segundo o governo, a alteração visa diminuir a evasão fiscal, com alíquota maior para planos de previdência que possuem cláusula de sobrevivência, como o VGBL. São utilizados frequentemente como fundos de investimento para alta renda.

MUDANÇA

1. Plano de seguro de vida com cobertura por sobrevivência (VGBL e previdência)

Antes: 0%
Agora: 0%, para aportes mensais de até R\$ 50 mil, 5%, para aportes mensais superiores a R\$ 50 mil

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Com o objetivo de uniformizar as alíquotas, de acordo com a equipe econômica, também visa diminuir assimetrias e a complexidade operacional, buscando a neutralidade tributária e a justiça fiscal.

MUDANÇAS

1. Operação de financiamento e antecipação de pagamentos a fornecedores ('forfait' ou 'risco sacado')

Antes: Não era mencionada especificamente no decreto
Agora: Indicada como operação de crédito

2. Cooperativa tomadora de crédito

Antes: 0%
Agora: 0%, para cooperativas com operações de até R\$ 100 milhões anuais, 3,95% (teto), para cooperativas com operações acima de R\$ 100 milhões anuais

3. Crédito para empresas

Antes: 0,38% (fixo) + 1,5% ao ano = 1,88% ao ano (teto)
Agora: 0,95% (fixo) + 3% ao ano = 3,95% ao ano (teto)

4. Crédito para empresas do Simples Nacional

Antes: 0,38% (fixo) + 0,5% ao ano = 0,88% ao ano (teto)
Agora: 0,95% (fixo) + 1% ao ano = 1,95% ao ano (teto)

OPERAÇÕES DE CÂMBIO

Com o objetivo de uniformizar as alíquotas, de acordo com a equipe econômica, também visa diminuir as distorções, além de harmonizar o sistema e contribuir para a redução da volatilidade cambial.

1. Cartões de crédito, débito e pré-pago internacional e cheques de viagem

Antes: 4,38%
Agora: 3,5%

2. Empréstimo externo de curto prazo (até um ano)

Antes: 0%
Agora: 3,5%

3. Operações não especificadas

Antes: 0,38%
Agora: Entrada: 0,38% Saída: 3,5%



Fonte: Ministério da Fazenda (MF) e Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)

na aposentadoria estaria “na contramão de todo o esforço que vem sendo feito pelo mercado segurador para conscientização da importância do planejamento securitário e previdenciário de longo prazo, cada vez mais

necessário no cenário de envelhecimento da população”.

O especialista em direito tributário Júlio César Soares, considera que há um contrassenso entre o esforço arrecadatório e o discurso sobre a reforma

tributária. “O IOF, por sua própria natureza — imposto regulatório e não arrecadatório —, transforma-se num instrumento de ampliação da carga sem a devida fundamentação quanto à sua origem e razão de ser.”

Galípolo diz que é contra

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disse, ontem, ter recebido com surpresa as alterações no Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), anunciadas no dia anterior, por secretários do ministério da Fazenda. Segundo o chefe da autoridade monetária, o tema não foi mencionado durante a última reunião que teve com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e outros secretários da pasta, no início desta semana.

Ao participar da abertura de um evento da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Galípolo narrou que, na ocasião, Haddad aproveitou o encontro, do qual também participaram secretários, para adiantar o valor de R\$ 31 bilhões que seria contingenciado e bloqueado no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do primeiro bimestre, divulgado na

quinta-feira. Segundo o relato de Galípolo, o ministro da Fazenda teria dito apenas que as medidas vinham no sentido de harmonizar as políticas fiscal e monetária.

“De maneira bastante trivial, ele (Haddad) mencionou que o relatório bimestral teria o bloqueio e contingência do valor que teria e que as medidas, provavelmente, de arrecadação, viriam no sentido de estar na mesma direção da política monetária, de contribuir com a política monetária”, disse o presidente do BC.

Galípolo, que também atuou como secretário-executivo do Ministério da Fazenda, antes de ir para o Banco Central, esclareceu que nunca foi favorável em utilizar o IOF para perseguir a meta fiscal. “Em debates anteriores, em qualquer momento que se discutia o IOF como alternativa para a persecução da

meta, eu, pessoalmente, nunca tive muita simpatia sobre a ideia”, acrescentou.

Na entrevista coletiva para anunciar as medidas, na quinta-feira, o secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan, havia confirmado que Galípolo e Haddad conversaram sobre as mudanças no IOF, o que foi negado, pouco depois, nas redes sociais, pelo chefe da Fazenda.

Elogios

Apesar do constrangimento, o presidente do BC considerou que o objetivo principal da equipe econômica com o anúncio das medidas é a perseguição da meta e elogiou o que ele chamou de “agilidade e tempestividade” do Ministério da Fazenda em voltar atrás no item que aborda sobre as remessas ao exterior. Essas

Raphael Ribeiro/BC



O presidente do BC negou ter conversado com Fernando Haddad

operações teriam o imposto elevado para 3,5%, mas, com o decreto publicado na noite de quinta-feira, devem permanecer com alíquota de 1,1%.

“Acho que isso ficou bastante evidente, e também a disposição,

atitude democrática, agilidade e tempestividade do Ministério da Fazenda de ouvir a sociedade e atuar de maneira muito rápida a dirimir qualquer tipo de problema que possa existir”, disse, ainda, Galípolo. (RP)

Oposição vê novo fiasco

» ISRAEL MEDEIROS

A nova crise de comunicação do governo Lula era tudo o que a oposição precisava para voltar a pressionar o Executivo pela falta de coerência quando o assunto é política econômica e fiscal. O anúncio — e o rápido recuo com medo da repercussão negativa — das mudanças nas alíquotas do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) motivaram uma série de Projetos de Decreto Legislativo (PDL) no Congresso para tentar reverter a medida.

Nas redes sociais, alguns dos principais nomes da direita aproveitaram para atacar Fernando Haddad (Fazenda) pelo comportamento errático que remonta à crise do Pix, protagonizada pela Receita Federal e que foi um duro golpe para a popularidade de Lula no primeiro bimestre. Naquela ocasião, o governo também voltou atrás em uma medida técnica porque falhou em prever e conter uma crise de imagem.

Até a noite de ontem, já havia oito Projetos de Decreto Legislativo (PDL) apresentados na Câmara para tentar derrubar a medida do Ministério da Fazenda. O líder da oposição na Casa Baixa, deputado Zucco (PL-RS) chegou a pedir a convocação de Haddad para explicar o que chamou de “barbearagem econômica grotesca”.

Já o líder do Novo na Câmara, deputado Marcel van Hattem (RS) criticou o fato de o governo ter atuado para aprovar, nesta semana, a reestruturação de carreiras do Executivo e, em seguida, anunciar um aumento de impostos. “O governo Lula aumenta despesas, como fez esta semana ao reajustar salários de servidores, e depois manda a conta para a população com aumento de imposto por decreto. O IOF tem finalidade extrafiscal, não é instrumento para fazer caixa. Vamos trabalhar para que o PDL seja pautado já na próxima semana e suste esse abuso”, disse Marcel van Hattem.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) comentou sobre o assunto em suas redes sociais. Disse que seu governo zerou, via decreto, a alíquota do IOF câmbio, com o objetivo de reduzir o custo do crédito e gerar empregos. “O atual governo, em sua ânsia por elevar a arrecadação, reverteu essa política e anunciou um aumento generalizado nas alíquotas do IOF câmbio”, disse Bolsonaro.

Ciro Nogueira, presidente do PP, disse que a medida do governo prejudica quem ganha até R\$ 5 mil — o mesmo grupo que o Planalto quer agradecer ao isentar o Imposto de Renda. “O governo ontem torrou R\$ 18 bilhões para aumentar os (salários de) servidores públicos e agora aumenta o IOF. Aumentar o IOF é tirar de quem ganha até R\$ 5 mil, que terá de pagar mais nas dívidas e movimentações financeiras. É o Robin Hood que tira dos pobres”, disse.